



--- DE MÃOS DADAS COM A MULHER ---

A UNESCO COMO AGENTE PROMOTOR DA IGUALDADE ENTRE GÊNEROS



Conselho Editorial

Jorge Werthein
Maria Dulce Almeida Borges
Célio da Cunha

Elaboração

Michelle G. de Moraes

Capa e Projeto Gráfico

Edson Fogaça

Revisão

Nina Madsen

Capa e Projeto Gráfico

Edson Fogaça

Imagens da capa

Funai
Photodisc
UNESCO Publishing Photobank

© UNESCO, 2002

De Mãos Dadas com a Mulher: a UNESCO como agente
promotor da igualdade entre gêneros -- Brasília: UNESCO 2002.
72 p.

I. Mulheres 2. Direitos da Mulher I. UNESCO

CDD 305.8



Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
Representação no Brasil
SAS, Quadra 5 Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar.
70070-914 - Brasília - DF - Brasil
Tel.: (55 61) 321-3525
Fax: (55 61) 322-4261
E-mail: UHBRZ@unesco.org

BR/2002/PI/H/5



--- DE MÃOS DADAS COM A MULHER ---

A UNESCO COMO AGENTE PROMOTOR DA IGUALDADE ENTRE GÊNEROS



SUMÁRIO

1.....	Apresentação.....	7
2.....	Mensagens do Diretor Geral da UNESCO.....	9
3.....	Valorizando incansavelmente a mulher	
	Artigos do Representante da UNESCO no Brasil	
	por ocasião do Dia Internacional da Mulher.....	13
4.....	Juntamente com a mulher brasileira, pela mulher brasileira	
	Projetos.....	25
5.....	Divulgando idéias e valores	
	Publicações.....	49
6.....	Mundialmente promovendo os direitos da mulher.....	63

APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação da UNESCO Brasil dedicada ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Aqui estão reunidos conceitos e posições relativos às questões de gênero defendidas pela Organização.

Estão incluídos na publicação discursos e artigos do Diretor Geral da UNESCO, Koïchiro Matsuura, e do Representante da UNESCO no Brasil, Jorge Werthein, dando a conhecer as atividades e o pensamento da Organização sobre as questões de gênero. Aqui podem ser encontrados os projetos e as parcerias da UNESCO no País e seu impacto na vida da mulher brasileira, assim como as ações desenvolvidas pela sede da UNESCO, em nível mundial, voltadas para a mulher:

Contribuindo com material de referência para os estudiosos, também estão incluídos aqui os nomes das publicações brasileiras da UNESCO referentes às questões de gênero, e também as publicações editadas pela UNESCO em Paris.

De acordo com o Diretor Geral da UNESCO, "nós precisamos afirmar novamente, alto e claro, que não pode haver desenvolvimento sustentável se as capacidades intelectuais, o potencial criativo e as habilidades de liderança de mais da metade da população forem simplesmente ignoradas".

MENSAGENS DO DIRETOR GERAL DA UNESCO

"Lamento que, no alvorecer do século 21, me veja obrigado a escrever esta mensagem.

A violência contra as mulheres continua freqüente. A prostituição forçada, a escravidão e a violência associada aos conflitos armados continuam presentes em todas as sociedades.

A pobreza endêmica e a negação dos direitos humanos são causas fundamentais da violência. E, como sabemos, as vítimas da pobreza são principalmente as mulheres e as crianças. Nossa tarefa mais premente é, portanto, a erradicação da pobreza mediante políticas audazes que permitam aos desfavorecidos crescer com educação e trabalho digno.

Trata-se de um trabalho árduo para o qual devemos mobilizar todas as nossas energias, capacidades e recursos.

Transcorridos cinco anos desde a Conferência de Pequim, vemo-nos obrigados a reiterar que, se não tivermos em conta as capacidades intelectuais, o potencial criativo, as competências práticas e a capacidade de liderança de mais da metade da população mundial, não poderá haver desenvolvimento sustentável, nem no plano local nem no plano mundial.

Rendo tributo às pessoas e às organizações que servem de inspiração e de guia para o caminho rumo à igualdade entre os sexos."

Diretor Geral da UNESCO,

Sr. Koichiro Matsuura

Mulheres a Caminho da Liderança

Koichiuro Matsuura

O Dia Internacional da Mulher no ano 2000 pode ser considerado um marco para uma nova era dos direitos femininos, se decidirmos que assim deve ser:

O século 2 viu as mulheres entrarem em massa na vida pública pela primeira vez, como eleitoras, trabalhadoras, estudantes, oficiais e profissionais. Agora, no início do século 21, precisamos encarar o desafio de fazer desta a era da total participação das mulheres no campo da liderança e das tomadas de decisão.

A capacidade das mulheres para alcançar a excelência nas áreas por elas escolhidas já foi provada há muito tempo. No entanto, a habilidade para atingir o topo nos campos por elas eleitos permanece problemática. Em muitos países do mundo, as mulheres representam a maioria das professoras, mas uma minoria na direção das escolas; muitas tornam-se letradas, mas, comparadas com homens, poucas ocupam cátedras universitárias; muitas chegam a ser advogadas, mas poucas atingem os altos escalões do meio jurídico; mulheres parlamentares, já em minoria em todos os Congressos Nacionais, sabem que, quando se trata de assumir pastas ministeriais, essa minoria encolhe ainda mais; não faltam mulheres jornalistas, mas poucas ocupam postos de comando na imprensa. Em todos os aspectos de vida e nas diretorias, comitês e conselhos onde decisões políticas são tomadas, as mulheres esbarram em um teto de vidro antes de alcançar os níveis nos quais a influência e a autoridade são exercidas.

Por essa razão, fiz um apelo à mídia a fim de marcar o Dia Internacional da Mulher neste ano. "Oito de março: as mulheres fazem a notícia" ataca a questão das mulheres em posições de tomada de decisão em apenas uma profissão, o jornalismo. Mas essa questão diz respeito a todos. Somos todos ouvintes, telespectadores e leitores do produto diário dos jornais que nos mantêm informados e formam a opinião pública. Como receptores do fluxo de informação da mídia, só temos a ganhar quando todos os melhores talentos,

sem preconceito de gênero, estão envolvidos na produção da notícia.

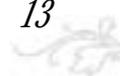
Até que as mulheres estejam plenamente representadas no nível da liderança da vida pública, profissional e econômica, não poderemos dizer que desfrutam direitos completos e iguais. A UNESCO continuará a sua tarefa de estimular a educação das meninas como primeiro e mais importante passo nessa direção.

As meninas devem ser encorajadas a ingressar e a concluir a educação secundária, especialmente nas áreas científica e técnica. Aquelas cujo desempenho escolar oferecer a perspectiva de sucesso na educação superior devem ser estimuladas a continuar seus estudos. Após a formação inicial, as mulheres devem desfrutar oportunidades realmente iguais em cada etapa de suas trajetórias na vida profissional e pública. Isso deve ser uma prioridade para todos os governos, instituições e organizações cujas políticas tenham impacto no equilíbrio entre os gêneros.



VALORIZANDO
INCANSAVELMENTE
A MULHER

ARTIGOS DO REPRESENTANTE DA UNESCO NO BRASIL
POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER





VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER: SENTIDOS MÚLTIPLOS

JORGE WERTHEIN

*Artigo a ser publicado
em um dos principais
jornais do país.*

No Dia Internacional da Mulher serão muitas, espera-se, as denúncias sobre o quadro de violências contra as mulheres, como os terríveis dados sugerindo que no Brasil cerca de um terço das internações em unidades de emergência associam-se a casos de violência doméstica; que em 1993, cerca de 123.131 agressões contra mulheres foram registradas nas Delegacias de Defesa da Mulher (DEAMs) de todo o país. E ainda que viria se ampliando a tipologia de violências contra as mulheres, no plano do privado e do público. Além dos casos de lesões corporais, estupro, mal tratos e ameaças, entre outros mais comumente registrados nas DEAMs, também estão sendo noticiados casos de venda e tráfico de crianças e adolescentes, turismo sexual, exploração sexual de jovens mulheres em prostíbulos e o 'pornoturismo'.

As denúncias de violências e de agressões, as estatísticas e pesquisas sobre tais ocorrências e também a ampliação do número de DEAMs - em que pese as advertências sobre carências dessas - devem ser fatos celebrados como recusa da banalização das violências contra as mulheres.

Também devemos comemorar o muito conseguido pelas organizações de mulheres com relação à mudança de paradigmas do conhecimento, rompendo-se divisões. A afirmação do direito a diferenças entrelaça-se com a inauguração de discursos por igualdade social, com ênfase ao que foi negado, em vários planos da vida social, às mulheres. Discursos vêm se modelando em políticas públicas e acordos internacionais. No Brasil, segundo a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, tramitaram no Congresso Nacional cerca de 44 projetos de lei relacionados ao tema Violência e Direitos Humanos das Mulheres somente em 2001.

No âmbito internacional, há a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), de 1979, ratificada pelo Brasil em 2000 e divulgada amplamente pela UNESCO em diversos idiomas, por meio do "Passaporte para a Igualdade". O documento considera o direito de todo ser humano, não somente a conhecer tal carta de princípios, como também de virem as mulheres a apresentar denúncia individualmente (por meio do Protocolo Facultativo da CEDAW aprovado em 1999) perante a Comissão para Eliminação da Discriminação contra a Mulher, no âmbito das Nações Unidas,

contra qualquer violação da Convenção por seus governos. O Protocolo, contudo, até hoje foi ratificado por muito poucos países.

Ao equacionar apelos por igualdade de oportunidades e de reconhecimento social por direitos humanos às diferenças e à diversidade, o movimento feminista muito contribuiu para uma cultura que beneficiasse não somente as mulheres. Nesse sentido, a ênfase dada às denúncias de diversos tipos de violência contra as mulheres também desestabiliza aquela, até então, considerada doméstica ou familiar em uma determinada cultura.

Não por acaso, em diversas pesquisas, como as que a UNESCO vem desenvolvendo sobre juventudes, indicam-se histórias de violências domésticas entrelaçadas com casos de violências várias. Aquelas, se não vividas diretamente, têm no papel de vítima a participação de meninos e meninas em distintos tipos de violências em vários ciclos de vida. A humilhação, a dor, o golpe na autoestima de uma mulher reverbera em crianças e jovens, contribuindo para a socialização com princípios de masculinidade autoritária, de subjugação das mulheres e na adoção da agressão, como forma banal de comunicação.

As tênues fronteiras entre o público e o privado estão sendo questionadas. A idéia de que violência doméstica é a que se restringe ao âmbito da família também está sendo revertida. A violência contra a mulher vem se abrindo em vários cantos da casa "sociedade".

Não é a família, assim, o locus único de violências contra as mulheres, já que distintas instituições no mundo público são hoje palco de violações de direitos das mulheres a uma cultura de paz, e também reprodutoras de uma educação omissa aos avanços quanto a direitos a igualdade e diferenças. Isso não propicia a participação de jovens mulheres e homens em novas formas de sociabilidade quanto a masculinidade, feminilidade, sexualidade e afetividade.

São múltiplos os sentidos das violências contra as mulheres e muito se conquistou no plano legal e de reconhecimento social quanto à diversidade dos tipos de violências. Mas ainda há muito o que reivindicar nesse campo.

Neste 8 de março, nossas congratulações ao movimento de mulheres em sua diversidade, não somente pelo que conseguiram em prol das mulheres mas também de outras identidades. É significativo que na Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, as vozes das mulheres, em particular das mulheres brasileiras, tenham marcado diferença significativa, ao lutar pelos direitos humanos de muitos.

(*) Jorge Werthein é o Representante da UNESCO no Brasil.

Informações sobre as publicações da UNESCO podem ser obtidas no site: www.unesco.org.br.



AS MULHERES E O QUARTO PODER

JORGE WERTHEIN

*Artigo publicado no jornal
Folha de São Paulo,
seção Tendências e Debates,
em 7 de março de 2000.*

“Ora, pois, uma senhora à testa da redação de um jornal! Que bicho de sete cabeças será?”, indagava, em 1852, o número de estréia do "Jornal das Senhoras", primeiro jornal feminino do Brasil. Dirigido pela argentina Joana Paula Manso de Noronha, o periódico abordava temas como moda, literatura, belas-artes, teatro e crítica.

Quase 150 anos depois, a indagação do "Jornal das Senhoras" já foi respondida em muitos veículos de comunicação do Brasil e do mundo, onde as mulheres jornalistas são cada vez mais numerosas. O "bicho de sete cabeças", afinal, provou ser tão capaz quanto o "bicho-homem".

As mulheres conquistaram espaço significativo na imprensa - o chamado Quarto Poder - e, ao que tudo indica, definitivo. Estima-se haver atualmente mais mulheres do que homens no meio jornalístico, e a tendência é que essa maciça presença feminina cresça ainda mais.

Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado em Genebra no último dia 28, informa que o meio jornalístico tem oferecido oportunidades crescentes para as mulheres, as quais encontram-se entre os maiores beneficiários do emergente mercado de trabalho criado pelos novos meios de comunicação.

No Reino Unido, diz o relatório, "cada vez mais mulheres tornam-se jornalistas". O texto cita ainda uma pesquisa conduzida em 1998, segundo a qual "mulheres com menos de 35 anos de idade, trabalhando em jornais, ganhavam um salário médio de 32 mil libras esterlinas enquanto seus colegas do sexo masculino ganhavam em média 25 mil libras de salário."

Sobre a Espanha, o relatório afirma que, apesar de ter havido um declínio de 15% na força de trabalho em jornais diários entre 1992 e 1994, "a divisão das equipes editoriais cresceu de 37% para 46%, e a proporção de mulheres nessas equipes subiu de 27% para 29,5%."

Ainda segundo o relatório da OIT, as mulheres, que representavam menos de 20% dos jornalistas em Portugal durante os anos de 1980, agora compõem mais de 30% da profissão, a qual quadruplicou na última década.

No entanto, a presença cada vez maior das mulheres no exercício diário do jornalismo ainda não encontra correspondência no comando dos veículos de imprensa, os quais permanecem, em sua maior parte, em mãos masculinas. Essa

situação reflete, na verdade, a posição das mulheres em geral na sociedade contemporânea, ou seja, elas estão cada vez mais presentes e atuantes, mas continuam, na maioria dos casos, afastadas dos altos postos de chefia.

Não por acaso, portanto, a UNESCO decidiu homenagear neste ano, no Dia Internacional da Mulher, a figura da mulher jornalista. Recentemente, o Diretor Geral da UNESCO, Sr. Koichiro Matsuura, lançou um apelo internacional intitulado "As Mulheres Fazem a Notícia", através do qual demonstra o desejo da UNESCO de que, no Dia Internacional da Mulher, as jornalistas assumam os cargos de chefia nos jornais, revistas e emissoras de rádio e de televisão.

Considerando o grande impacto dos meios de comunicação na sociedade atual, a UNESCO acredita na importância particular de se destacar a necessidade de equidade entre homens e mulheres no controle desses meios.

A iniciativa, mesmo que simbólica, ao partir da mídia, terá grande impacto em outras esferas de poder, onde as mulheres ainda não conseguiram ocupar maiores espaços, sobretudo em posições de comando.

A atenção da UNESCO para com as questões relacionadas às mulheres também é crescente. A Organização tem dado prioridade a questões de interesse, apoiado e participado de iniciativas como a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, China, em 1995. O programa da UNESCO "Educação para Todos" reflete, entre outros aspectos, a preocupação com a extensão da educação a mulheres e meninas; o "Prêmio UNESCO/Helena Rubinstein a Mulheres Cientistas" é uma forma simbólica de apelo à equidade entre os gêneros também no campo da ciência; e, no Brasil, publicações da UNESCO, como "Gênero e Meio Ambiente" e "Engendrando um Novo Feminismo", estimulam a reflexão sobre questões de interesse para homens e mulheres, assim como a pesquisa, a ser lançada neste ano, sobre relações de gênero nos assentamentos rurais da reforma agrária.

No campo da comunicação, um exemplo ilustra a atenção da UNESCO para a situação das mulheres no exercício da profissão de jornalista. Há dois anos, o segundo "Prêmio Mundial UNESCO/Guillermo Cano de Liberdade de Imprensa" foi concedido a uma jornalista, a nigeriana Christina Anyanwu, diretora e redatora-chefe da revista "Sunday Magazine", publicada em Lagos, Nigéria.

Nesse contexto, em que se celebra mais um Dia Internacional da Mulher, convém sublinhar, por fim, que as mulheres hoje contrapõem-se a uma herança sexista e não aos homens em particular. Trata-se de vencer uma cultura e não exatamente pessoas ou instituições, e essa vitória tem sido conquistada a cada dia, a cada nova empreitada de sucesso das mulheres no mercado de trabalho e no ambiente social.



AS MULHERES E O NOVO MILÊNIO

JORGE WERTHEIN

*Artigo publicado no
Jornal de Brasília
em 8 de março de 1999.*

Este 8 de março, data comemorativa do Dia Internacional da Mulher, registra o encerramento de um milênio que, particularmente para as mulheres, meninas, jovens, adultas e anciãs oportunizou uma série de conquistas sociais, políticas, econômicas e até mesmo pessoais.

Em especial no último século, encaram-se as contradições das relações de gênero. Com elas, expõe-se a fragilidade das condições de vida da maioria das mulheres, denunciando e discutindo a quase impossibilidade do próprio exercício da cidadania.

De uma forma geral, até os mais céticos reconhecem que essa realidade, mesmo não tendo conseguido ser totalmente revertida, apresentou avanços inegáveis. No Brasil e em boa parte dos outros países, pesquisas apontam para o processo de empoderamento das mulheres, pressupondo o reconhecimento e a superação gradativa dos problemas que resultam da discriminação por gênero.

Basta um olhar histórico retrospectivo para captar a capacidade das mulheres de organização, superação e inserção em um mundo quase exclusivamente masculino. Em consequência, temos desfrutado das riquezas das diferenças de posturas e de olhares sobre a realidade. Há um rico e significativo complemento, que sempre ocorre nos processos inclusivos, não discriminatórios, entre homens, mulheres e, principalmente, entre ambos.

Contribuindo com as reflexões sobre a problemática, a UNESCO, assim como ocorreu em 97 e 98, está lançando neste mês os resultados de uma pesquisa no livro "Engendrando um Novo Feminismo Mulheres Líderes de Base", que amplia o debate sobre a pluralidade das formas de organização da sociedade brasileira.

O estudo revelou a percepção de um novo feminismo no cotidiano das mulheres do grupo de base, que não se restringe mais à preocupação com o reconhecimento formal dos direitos. Em suas políticas concretas, articulam individualização e responsabilidade coletiva, economia e cultura revelando entendimentos não reducionistas.

No entanto, não poderíamos comemorar o último 8 de março do milênio sem registrar que as conquistas apontadas convivem, contraditoriamente, com

aviltamentos contra as mulheres. Em alguns países do mundo, é possível vislumbrar diferentes formas de ataques contra as mulheres, sejam políticos, sociais e até pessoais. Questões culturais apresentam-se como justificadoras de uma série de formas de violências, tornando, em alguma medida, não apenas feministas, mas defensores dos direitos humanos internacionais, em geral, impotentes perante tais agressões.

Seriam os direitos humanos e, em particular das mulheres, tão dependentes de atrocidades interpretadas por alguns como "questões culturais"? Quais os reais limites de uma cultura? Essas e tantas outras indagações devem ser por nós analisadas neste 8 de março, esperando que o novo milênio possa representar um espaço de conquista, não de mulheres ou homens, mas da humanidade que estará, enfim, celebrando a vida e a dignidade humana.

Em 1998, o mundo todo comemorou, por um lado, e repensou, por outro, os cinquenta anos de vigência da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este processo coincidiu com o momento em que, de diversos pontos do planeta, elevaram-se vozes críticas para alertar para a urgente necessidade de uma nova ética universal.

As interrogações e incertezas políticas, econômicas e culturais, desde o final do século e milênio, não são poucas e não se restringem às questões de gênero. Devem ser amplamente enfrentadas e debatidas por todos. A preocupação com uma vida digna não termina nas fronteiras nacionais.

A UNESCO, em sua trajetória de luta pelos direitos humanos, tem procurado, com insistência, no âmbito das atribuições delegadas pelas Nações Unidas, defender nos fóruns nacionais e internacionais a "construção de sociedade sem exclusões".

Assim, às vésperas do novo milênio, congratulamos todas as mulheres pelas conquistas individuais e coletivas e nos solidarizamos com todas aquelas que, pelos mais diferentes motivos, ainda são excluídas, discriminadas e sofrem pelo fato de serem mulheres.



MULHERES, PODER E DESENVOLVIMENTO

JORGE WERTHEIN

*Artigo publicado no jornal
Correio Braziliense,
caderno Opinião,
em 6 de março de 1998.*

O Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março, nos convida a uma reflexão que nos últimos anos tem assumido um caráter mais amplo, extrapolando, inclusive, a luta por alguns direitos.

A exemplo de outros países e numa retrospectiva histórica, percebe-se que os direitos políticos e a cidadania da mulher brasileira, em geral, tornam-se efetivos na medida em que a mulher adquire poder social, sustentado pela educação e capacitação, permitindo-a não só usufruir, de seus próprios direitos, como também promover os direitos da sociedade em geral.

Diante das experiências e conquistas do Terceiro Setor no Brasil (ONGs e fundações privadas), torna-se necessário deitar um novo olhar sobre o conceito de poder e, mais, sobre as formas de se possibilitar às mulheres o acesso ao poder; pôr em prática o conceito de "empowerment" (empoderamento) das mulheres, lançado pela Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial da Mulher, realizada em 1995, em Pequim.

Numa retrospectiva analítica, é possível perceber a evolução do pensamento com respeito ao desenvolvimento da mulher. Nos anos 60, a preocupação volta-se mais ao aspecto do "bem estar", mas de lá para cá as expectativas evidenciadas nos programas e projetos desenvolvidos demonstram preocupação com a auto-suficiência, a igualdade e o empoderamento.

A questão que se impõe é que, de receptora de benefícios, a mulher a cada dia tem se colocado numa posição de conquistar e promover de justiça social. O empoderamento reforça a ação coletiva no reconhecimento e superação dos problemas que resultam da discriminação por gênero.

Cumprindo o compromisso assumido há um ano, também na comemoração do dia 8 de março, a UNESCO realizou, durante o ano de 1997, pesquisas sobre gênero e poder. Os resultados começam a ser publicados. Recentemente, foi editado o livro "Gênero e Meio Ambiente". Um outro, sobre experiências de mulheres que atuam em bases comunitárias nos meios urbano e rural, será lançado nos próximos meses.

As pesquisas demonstram e divulgam a importância da atuação da mulher e sua capacidade de superação e liderança em grupos de base, em

localidades rurais e em associações de moradores. Ao equacionarem economia e cultura, revelam a plasticidade do conceito de poder, quando este é posto em movimento ou concebido não como algo dado, mas como um processo de conquistas, no qual até o que se concebe como poder é redefinido.

Mulheres e homens, em organizações de ação direta em setores populares, estão fazendo diferença no trabalho voltado à educação alternativa, no resgate da arte e da cultura, pelo crescimento da auto-estima entre os jovens e pelos direitos à cidadania desses grupos. Nas comunidades, atuam em associações de moradores, introduzindo uma agenda antes só acionada por ONGs de corte feminista - que continuam também a ter um papel muito importante, inclusive por contatos e trabalhos com as mulheres em ações comunitárias e movimentos sociais.

Congratulo, assim, todas as mulheres que, pela capacidade de organização e denúncia, reivindicam a construção de um outro paradigma de relações de poder entre homens, mulheres e meio ambiente. A UNESCO acredita na materialização dessa utopia, o que certamente pode reverter o atual contexto de exclusões e injustiças, caminhando todos, homens e mulheres, para uma Cultura da Paz.



AS MULHERES E A CULTURA LOCAL

JORGE WERTHEIN

*Artigo publicado
no jornal Folha de São Paulo,
caderno Tendência e Debates,
em 6 de março de 1997.*

O que há de novo neste próximo dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, em relação à 4ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada na China? Naquela ocasião, mais de 10 mil mulheres sinalizaram com o poder da mobilização globalizada e de experiências locais, na reivindicação de que os direitos das mulheres são direitos humanos, somando-se todas na negação de exclusões e estereótipos.

As mulheres no Brasil, paralelamente, têm repetido as denúncias sobre violações de direitos, precariedade de serviços sociais, diferenças de rendimento e de poder, de trabalho, do prazer e do lazer.

A Unesco compartilha com as organizações de mulheres o compromisso com uma cultura que respeite diferenças e se oriente pela igualdade, em especial no campo da educação e da cidadania, considerando especificidades de jovens e adultas.

Essa postura foi reafirmada no documento final da reunião do Fórum Consultivo Internacional sobre Educação para Todos, realizado em Amã (Jordânia), em junho do ano passado. "A prioridade das prioridades deve continuar a ser a educação de mulheres e meninas (...). Não pode haver sucesso duradouro na educação fundamental sem que o 'gap' de gênero seja eliminado", diz o documento.

No Brasil, o compromisso avança com estímulos a projetos que contribuam para a implementação das plataformas de ação das conferências temáticas da ONU, como a de Pequim, sobre a mulher; a do Rio, sobre meio ambiente; a do Cairo, sobre população; a de Copenhague, sobre desenvolvimento social.

Considerando a ênfase nos documentos de Pequim sobre o poder – o que operacionaliza-se, no Brasil, pelas quotas nas últimas eleições e em vários partidos e sindicatos – , sugere-se aplicar o conceito contextualizando-o de forma a contemplar grupos de mulheres em suas comunidades.

O neologismo de Pequim, "empoderamento", soa estranho, mas deve se tornar corriqueiro: empoderamento sugere processo, indicando que, além da ocupação de lugares tradicionais de poder, urge que se faça investimentos para tornar acessíveis às mulheres os recursos, as qualificações e as tecnologias.

Esse conceito amplia o debate sobre poder e gênero, não só para mulheres

em situações agudas de exclusão, mas para as que, por necessidade em nível local, lidam com estratégias de sobrevivência, por metas de igualdade e enriquecimento cultural.

Para a Unesco, "empoderamento" é a maneira de alcançar um tipo de sociedade diferente quanto a formas de realizar capacidades e satisfazer necessidades. Com tal sentido e tendo como referência empírica duas áreas estratégicas à vida de homens e mulheres no Brasil e no mundo (população e meio ambiente), a Unesco inicia projeto – aqui e em outros países – que deverá orientar-se pela organização das mulheres por movimentos sociais ou associações, em comunidades nas áreas rurais e urbanas.

Como representante da Unesco, educador e cidadão, solidarizo-me com as mulheres por suas denúncias e reivindicações por direitos e ênfase: mais que justo movimento por inclusões, o das mulheres, como afirma Hobsbawm, é a "revolução cultural" mais importante do século. Contribuí para o questionamento, hoje estreito, de paradigmas, subverte "verdades" cômodas na defesa de privilégios, contribuí para a promessa de novos tempos para homens e mulheres. Parabéns a quem compreende que, com tal revolução, se perdermos, nós, homens, privilégios injustos, ganhamos a riqueza da comunicação, a descoberta do outro, da outra. Obrigado às mulheres.



JUNTAMENTE
COM A MULHER BRASILEIRA,
PELA MULHER BRASILEIRA

PROJETOS



Treinamento, pesquisa e apoio institucional no âmbito do Programa AIDS II

A Feminização dos casos de Aids no Brasil

Aspectos da epidemia entre as mulheres

Desde 1998, a UNESCO e o Ministério da Saúde desenvolvem uma cooperação técnica direcionada ao fortalecimento da resposta brasileira à epidemia da AIDS. Este projeto de cooperação compreende a assistência à formação, à investigação, à ordem ética e à reflexão multidisciplinar, em busca de alternativas que contribuam na resolução dos problemas sociais que circundam a epidemia no Brasil. Para tanto, esta parceria desenvolve-se por meio de atividades voltadas à adoção de estratégias articuladas de treinamento, estudos, pesquisas, desenvolvimento institucional, parceria com as ONGs que atuam nos estados e municípios e com estruturas públicas e privadas de educação e saúde.

Nos últimos anos o ritmo da infecção por HIV/Aids entre as mulheres cresceu significativamente. A relação heterossexual é a forma de transmissão que mais tem contribuído para a feminização da epidemia em nosso país.

Segundo o UNAIDS, 40% das novas infecções que ocorrem diariamente no mundo atingem mulheres, comprometendo predominantemente a população entre 15 e 25 anos. No Brasil, cerca de 31 mil casos de Aids em mulheres já foram notificados à Coordenação Nacional em DST/AIDS, (22% do total acumulado de casos).

A razão entre os números para cada sexo, que se mantinha acima de 15 homens para cada mulher até 1986, vem se reduzindo gradativamente, registrando, uma década depois, menos de três homens para cada mulher. Esta razão comporta-se de maneira heterogênea quanto à escolaridade: quanto menor o grau de instrução dos indivíduos, menor é a razão entre os sexos.

Os casos crescentes de AIDS em mulheres vêm acompanhados de outra característica da epidemia: a interiorização. Entre 1985 e 1988, cerca de 162 municípios diagnosticaram pelo menos um caso de AIDS em mulheres, comparados

com 1463 municípios entre 1993 e 1998. Este significativo crescimento, entre 1989 e 1992, tem se mantido entre os municípios de pequeno e médio porte.

A transmissão perinatal - que pode se dar em três momentos: durante a gravidez, no momento do parto ou através do aleitamento materno - passa a ser também uma expressão importante do crescimento dos casos de AIDS entre as mulheres: em 1990, esta categoria de transmissão representava 66% dos casos de AIDS entre crianças com menos de 10 anos de idade, passando para 91% em 1996.

Conseqüentemente, a transmissão de mãe para filho passou a ser o principal ponto da agenda da resposta nacional ao HIV, levando o Ministério da Saúde e seus parceiros a dedicarem especial atenção a esta população. A implementação de ações de prevenção nas ações de atenção básica e o estímulo à procura da testagem e assistência durante o pré-natal são instrumentos correntemente utilizados para reduzir o impacto da epidemia entre as mulheres.

Há que se considerar ainda o aumento do número de partos entre mulheres na faixa de 10 a 14 anos, que respondeu por 1% do total de partos realizados no SUS (2.821.211) em 1995. Em outras palavras, isto aponta para o início cada vez mais precoce das relações sexuais e para o não uso do preservativo nesta situação, o que é preocupante quando se considera que 24.5% dos partos no Brasil ocorrem em adolescentes e jovens com menos de 20 anos de idade (MS 1996).

A pauperização da epidemia, com a tendência a atingir mulheres com níveis de escolaridade cada vez mais baixos e com inserção precária no mercado de trabalho, eleva a vulnerabilidade da mulher, sendo esta determinada por sua marginalização sócio-cultural. Vale lembrar que a vulnerabilidade social acentua os aspectos da vulnerabilidade de gênero, tornando a mulher duplamente dependente do seu parceiro.

O impacto social, humanitário e econômico da AIDS no Brasil ainda representa um grande desafio. No entanto, a experiência brasileira demonstra que é possível minimizar individual e coletivamente, os efeitos da epidemia.

Este projeto da UNESCO junto à Coordenação Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde vem contribuir sobremaneira para a redução do impacto da epidemia entre mulheres. Estima-se que mais de 3,5 milhões de mulheres tenham sido beneficiadas diretamente por projetos da sociedade civil, além do atendimento na rede pública de saúde.

A maioria das ações desenvolvidas dentro do Programa AIDS II possuem abordagem de gênero. As populações femininas beneficiadas são mulheres donas de casas, mulheres soropositivas, mulheres adolescentes, trabalhadoras rurais, moradoras de bairros de baixa renda e usuárias da rede pública de saúde.

O volume de ações desenvolvidas pela sociedade civil voltadas à prevenção do HIV em mulheres tem sido significativo. Nos anos de 2000/2001 foram apoiados 98 projetos de 93 instituições da sociedade civil. São projetos com uma variada composição de atividades: produção e distribuição de materiais educativos e preservativos, serviços de informação, oficinas, produção de jornais, programas de rádio e atuação junto a serviços de saúde para a garantia ao acesso e referenciamento.

O conteúdo das ações de educação preventiva tem sido predominantemente centrado no estímulo à negociação da mulher com o seu parceiro para o uso de preservativos, destacando-se os preservativos femininos.

Aproximadamente 13 mil mulheres foram beneficiadas com a distribuição de preservativos femininos, com ampla divulgação da disponibilidade deste insumo nos serviços de saúde. Do ponto de vista da UNESCO, é de fundamental importância disponibilizar um insumo que permita à mulher maior autonomia, aumentando o seu “empoderamento”.

A melhoria da assistência recebida pela mulher vem inserir-se na perspectiva de elevar a qualidade de vida daquelas infectadas ou mesmo daquelas que cuidam de seus parentes afetados pela epidemia.

atividades e o fortalecimento das instâncias formadoras de Recursos Humanos do SUS são essenciais para implantar um trabalho contínuo de formação dos recursos humanos em enfermagem.

- Formação Pedagógica: O PROFAE dará formação pedagógica por meio do ensino a distância para aproximadamente 12.000 enfermeiros docentes em todo território nacional.
- Certificação de Competências: Este instrumento vai aferir a qualidade dos cursos e tem por finalidade construir um processo de avaliação da qualificação real do trabalhador formado pelo PROFAE. Também deverá contribuir nos processos de educação continuada que permitam aos trabalhadores o aprimoramento das suas competências e a garantia da sua qualificação.
- Acompanhamento de Sinais de Mercado de Trabalho (SAMETS): O SAMETS tem como objetivo prover e disponibilizar um sistema de informação sobre três eixos temáticos: mercado de trabalho, mercado educativo e a regulação do exercício profissional dos trabalhadores do Setor Saúde com foco em Enfermagem, visando construir um sistema permanente de monitoramento desse mercado.

O PROFAE e a população feminina

Por meio de estudos de mercado de trabalho, sabe-se que, na categoria profissional de enfermagem, a razão entre a participação de mulheres e homens é grande. Segundo os dados do Sistema Formal de Emprego e Desemprego (sistema RAIS/CAGED) do Ministério do Trabalho, esta razão é de seis trabalhadoras do sexo feminino para cada trabalhador do sexo masculino, em todo o país. A participação feminina no setor é de 86,6%.

Estão envolvidos no PROFAE cerca de 12.000 enfermeiros docentes, que também são, em sua maioria, do sexo feminino. Estas docentes beneficiam-se profissional e economicamente ao atuarem como professoras dos cursos do PROFAE e ao receberem os cursos de formação pedagógica em nível de especialização.

Desde o início do projeto, cerca de 22.443 alunos já concluíram o curso de qualificação profissional para auxiliar de enfermagem, dos quais 20.905 (93,1%) são do sexo feminino. Atualmente, cerca de 83 mil alunos já estão matriculados nos cursos do PROFAE. Destes, 74.341 (89,6%) são mulheres. Com o segundo Cadastramento Nacional, encerrado em outubro de 2001, a expectativa é de colocar mais 100 mil alunos em sala de aula no ano de 2002, com um percentual significativo de mulheres:

Distribuição do número de alunos cadastrados no PROFAE segundo modalidade de curso e sexo.

	Ensino Fundamental	Auxiliar de Enfermagem	Técnico de Enfermagem
Masculino	6.332 (21,1%)	24.074 (19,87%)	8.968 (10,45%)
Feminino	23.804 (78,9%)	97.127(80,13%)	76.884 (89,55%)
Total	30.136	121.201	85.852

Fonte: PROFAE/SIS/MS (2º cadastramento)

Visto que um dos grandes resultados a serem alcançados pelo PROFAE é a oferta de uma maior qualificação profissional, as trabalhadoras envolvidas serão diretamente beneficiadas com uma melhoria educacional, e obterão certamente maior empregabilidade, bem como possíveis melhorias em seus níveis salariais e de qualidade de vida.

Já no caso dos profissionais de enfermagem, a participação feminina adquire uma superioridade gritante: 90,91% dos profissionais desta categoria que trabalham no PSF são do sexo feminino.

A mulher beneficia-se do Programa Saúde da Família não apenas por sua atuação profissional, mas, principalmente, como beneficiária dos serviços prestados. Assim, apresentam-se a seguir as atividades desenvolvidas pelo PSF especialmente voltadas ao atendimento da mulher:

Responsabilidades	Atividades
Pré Natal	Diagnóstico de gravidez; Cadastramento de gestantes no 1º semestre; Classificação de risco gestacional desde a 1ª consulta; Suplementação alimentar para gestantes com baixo peso; Acompanhamento de pré-natal de baixo risco; Vacinação anti-tetânica; Avaliação do puerpério; Realização ou referência para exames laboratoriais de rotina; Alimentação e análise de sistemas de Informação.
Prevenção de Câncer de Colo	Atividades educativas para promoção da saúde; Rastreamento de câncer de colo de útero; Coleta de material para exame de citopatologia; Realização ou referência para exame citopatológico; Alimentação dos sistemas de informação; Consulta médica e de enfermagem.
Planejamento familiar	Fornecimento de medicamentos e de métodos anticoncepcionais; Realização ou referência para exames laboratoriais.
Prevenção dos Problemas odontológicos em gestantes	Levantamento de atividade de doenças bucais; especialmente cárie e doença gengival; Evidenciação de placa bacteriana; Escovação supervisionada; Bochechos com flúor; Educação em saúde bucal a acesso aos meios de prevenção (escova, pasta e fio dental), evidenciando seu fundamental papel familiar com relação às questões gerais de saúde, visando proporcionar condições para o auto-cuidado;

	<p>Estímulo ao aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade;</p> <p>Educação em saúde, aconselhamento e acesso a meios para prevenção de patologias ortodônticas, com ênfase sobre os hábitos bucais nocivos (uso de chupetas, sucção de dedo, etc.);</p> <p>Educação em saúde bucal e acesso aos meios de prevenção da "cárie de mamadeira".</p>
--	---

Ademais, em alguns aspectos o Programa tem impactado a vida das várias mulheres que nele estão envolvidas de maneira difícil de ser avaliada por meio de estatísticas. São impactos sobre o seus modos de vida e sobre a visão que elas guardam de si mesmas e do mundo. Esse fato pode ser comprovado pelo depoimento de inúmeras destas mulheres, como é visto a seguir:

Depoimento de uma beneficiária do Programa Saúde da Família¹:

Hilda Marques Amorim, 48 anos, casada, dois filhos, mora em Inhotim, região rural de Brumadinho/MG. Hilda é diabética e hipertensa. Recebe orientação e remédios da equipe do PSF. Sua pressão está felizmente se normalizando. Sua visão da realidade mudou substancialmente: "Preciso cuidar mais de mim, porque a vida não é só cuidar de casa e marido. Com a equipe perto da minha casa, não preciso ir à cidade para cuidar da saúde".

Depoimento de uma profissional do Programa Saúde da Família:

Eneida Cristina Prochmann, 41 anos, é profissional formada há 16 anos: "Com o PSF me tornei uma pessoa melhor, mais humana. Minha auto-estima aumentou muito. Não tenho mais uma visão fragmentada do atendimento à saúde. Vejo com carinho a comunidade onde atuo. E em troca eles me reconhecem, nosso vínculo fica mais forte dia após dia. É muito gratificante ver que o nosso trabalho tem continuidade. Hoje posso pensar mais no adoecer e menos na doença."

1. Extraídos do Guia Prático de Programa de Saúde da Família, Brasília, Ministério da Saúde, 2001.

- 25% voltaram a estudar;
- Percepção aguda da condição da mulher, já que as oficinas de gênero realizadas contaram com a participação da metade do público envolvido;
- Melhores condições de vida e menos tempo dedicado ao trabalho doméstico em consequência da aquisição de equipamentos elétricos.

Embora no Brasil o índice de analfabetismo de homens e mulheres seja um tanto equilibrado, o Programa Alfabetização Solidária atua também em países como São Tomé e Príncipe, onde a porcentagem de homens analfabetos é de 15%, enquanto a de mulheres é de 38%.

Ao buscar promover a inclusão social por meio da alfabetização, o Programa contribui grandiosamente para uma inserção qualitativamente superior da mulher na sociedade, fornecendo-lhe subsídios para que faça valer seus direitos e obtenha uma maior participação em atividades econômicas que garantam aumento em sua renda.

Outra questão a ser considerada é a melhoria na qualidade de vida e na auto-estima das mulheres atendidas pelo Afabetização Solidária. A mulher alfabetizada acredita mais em seu potencial de ação e adquire uma postura mais otimista quanto às possibilidades de mudança em sua realidade. Seria impossível registrar numericamente estes sutis mas importantes benefícios produzidos pelo Programa na vida das populações femininas atendidas.

encontro nacional da Rede Jovem;

- Levantamento de recursos para a realização de uma pesquisa sobre o que as jovens mais buscam nos Espaços Jovens, a fim de que se possa obter uma maior igualdade de gêneros na participação dos projetos e se possam descobrir as atividades que despertem maior interesse também das jovens.

Assim, como pode ser visto, esta iniciativa se harmoniza claramente com as diretrizes da UNESCO, voltadas a ajudar na criação de programas inovadores direcionados para a promoção da inclusão social no Brasil, principalmente no tocante à igualdade entre gêneros.

da discriminação sexual, dos direitos da mulher e das questões de igualdade, além dos vínculos que estas questões estabelecem com o desenvolvimento sustentável, a desigualdade e a redução da pobreza. Objetiva-se, por exemplo, ressaltar a importância do reconhecimento dos direitos das mulheres e meninas e o impacto vital que a garantia destes direitos tem para o desenvolvimento sustentável.



DIVULGANDO IDÉIAS E VALORES

PUBLICAÇÕES





Passaporte para a Igualdade.

Este Passaporte para a Igualdade contém o instrumento normativo mais importante relativo às mulheres e objetiva atingir para as mesmas, em todos os lugares, a plena igualdade de direitos. A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) foi adotada há vinte anos pelas Nações Unidas. A UNESCO ajuda a promovê-la e está particularmente comprometida com a implementação do Artigo 10, que trata do direito da mulher a uma educação igualitária àquela provida ao homem e da eliminação dos conceitos estereotipados sobre os papéis da mulher e do homem em todos os níveis e em todas as formas de educação. Por meio deste Passaporte, a UNESCO espera compartilhar, com o maior público possível, os objetivos que circundam uma realidade mais igualitária para a mulher.



Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base.

Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro.

Ao relacionar população, desenvolvimento comunitário, meio ambiente e as questões colocadas pelo feminismo, essa obra abre um vasto campo de problematizações. "Engendrando um Novo Feminismo" é a hipótese que, segundo as autoras, deve ser investigada ao se analisarem as ações nas quais as mulheres se envolvem nos grupos de base. O novo feminismo encontrado é também uma abertura para o reconhecimento e o diálogo com o "outro", significando, inclusive, o diálogo com os homens, com os negros, com as lésbicas, os sindicalistas, as associações de moradores e as organizações feministas. É reconhecida a grande importância de que se acompanhe esse processo a fim de que se identifique o caminho a ser seguido na busca por possíveis mudanças realizáveis nos campos público e privado.



Desenhos familiares.

Pesquisa sobre a família de crianças e adolescentes em situação de rua
Maria Filomena Gregori (coord.).

Esta publicação representa um especial esforço investigativo para compreender o universo em que se inserem crianças e jovens de rua e suas famílias, na cidade de São Paulo. A riqueza de abordagens oferece indicações mais seguras que ampliam as possibilidades de intervenção junto às famílias de crianças e ado-

lescentes em situação de risco. O conjunto de dados analisados permite também uma maior compreensão da posição mulher nestas situações, tanto no que se refere às mães de crianças e adolescentes de rua quanto à experiência da própria jovem que se encontra em situação de risco.

Avaliação das ações de prevenção às DST/AIDS e uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras.

Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay.

O objetivo desta publicação é apresentar uma análise das ações de prevenção de DST/AIDS e uso indevido de drogas nas escolas que integram o programa brasileiro de DST e AIDS. Desde 1994, a Coordenação Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde vem desenvolvendo, em ambientes escolares, atividades de promoção à saúde, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (com ênfase sobre a AIDS) e uso indevido de drogas. Neste sentido, esta publicação avalia o processo, os resultados e os impactos dessa iniciativa. Foi constatado que as ações desenvolvidas obtiveram grande impacto sobre as atitudes não só da maioria de alunos envolvidos, mas também de seus pais e professores. Sendo cada vez maior o número de mulheres portadoras de doenças sexualmente transmissíveis e usuárias de drogas, esta obra oferece insumos para fortalecer o componente educacional em saúde sexual e direitos reprodutivos com ênfase sobre as jovens adolescentes, uma vez que evidencia o sucesso de intervenções de caráter preventivo e sistemático no sistema educacional.

Cultivando Vida, Desarmando Violências.

Experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza.

Mary Garcia Castro (coord.).

Esta obra pretende contribuir para ampliar a visibilidade social de experiências de trabalho com jovens – em particular aqueles em situação de pobreza - no campo da arte, cultura, cidadania e esporte. A intenção é socializar suas metodologias e práticas e oferecer subsídios para a elaboração de políticas públicas. A pesquisa trazida por esta publicação visa contribuir com uma nova perspectiva sobre exclusões sociais, vulnerabilidades e modelagens de políticas públicas, enfatizando-se a participação do jovem e a importância de se incentivar a formação de redes, canais de intercâmbio e a abertura de espaços institucionais.



Propõe-se que um caminho inovador para lidar com violências seria o afastamento de uma lógica repressiva, ouvindo o que querem os jovens, aquilo que ocupa suas mentes e desperta suas vontades, reapropriando sentidos, cultivando vidas e desarmando violências, como sugere o próprio título da obra. A situação da mulher – como jovem e/ou como mãe - neste contexto é de particular importância, visto ser a mulher fortemente vulnerável e prejudicada pelas mais variadas situações de violência. Devem, por isso, receber especial atenção das diversas ações dirigidas ao trabalho com o jovem



A Criança e a Mídia.

Imagem, educação, participação.

Cecília Von Feilitzen e Ulla Carlson (orgs.).

Ao reunir estudos, reflexões, resultados de pesquisas e experiências escritos por especialistas e educadores de vários países, esta obra configura-se como uma grande contribuição para se assegurar, como afirma a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, o direito da criança à informação.

O conjunto de informações e análises trazido pelo livro indica o quanto é indispensável o envolvimento da família e da comunidade na discussão do conteúdo da mídia, e o quanto é fundamental a discussão pela escola dos efeitos que a mídia é capaz de gerar.

A UNESCO espera que esta obra seja uma fonte de inspiração para todos aqueles preocupados com a forma como as crianças e jovens se relacionam com o fenômeno cultural trazido pelos meios de comunicação de massa. A mídia possui um incalculável potencial influenciador sobre a formação dos valores de crianças e jovens, de modo a desempenhar papel fundamental sobre as visões que estes indivíduos venham a ter sobre as dimensões de gênero e a necessidade da promoção da igualdade.

Publicações Internacionais da UNESCO sobre gênero

Publicações lançadas em 2002.

Knowing and Doing - Literacy for women.

Krystyna Chlebowska.

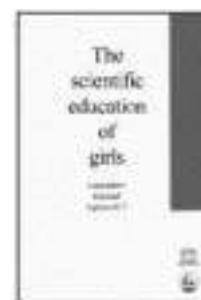
Como a alfabetização pode ajudar as mulheres a se tornarem conscientes de sua condição e conhecerem seus direitos e responsabilidades na sociedade? Este livro tenta esclarecer esta questão fundamental ao delinear uma nova forma de trabalho de alfabetização, mais adaptada às aspirações das mulheres. No conteúdo da obra estão incluídos: planejamento, campanhas de conscientização, pesquisas de campo, programas, acompanhamento e bibliografia.



The Scientific Education of Girls - Education beyond reproach?

Comissão Francesa para a UNESCO.

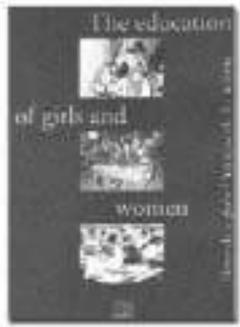
A experiência tem mostrado que, mesmo que suas capacidades se igualem às dos garotos, muitas garotas escolhem se distanciar das ciências por razões conscientes e inconscientes. Esta obra focaliza-se sobre a avaliação de situações que possam se colocar como causas primárias deste fato. Ela também fornece exemplos de ações adotadas para reverter esta tendência.



Talented Women.

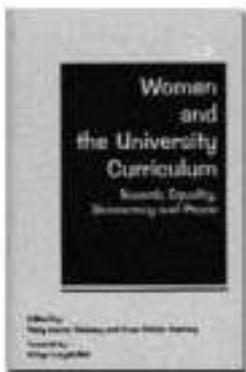
Independente de serem provenientes da África, Austrália, Colômbia, Índia ou Tailândia, as artesãs apresentadas neste livro têm obtido sempre êxito na preservação de seus gestos fundamentais, na retomada de técnicas tradicionais e na adaptação das mesmas aos requerimentos do mundo contemporâneo. Nesta obra são relatadas a vida e as aspirações dessas mulheres por uma posição mais justa e reconhecida na sociedade.





The Education of Girls and Women.

Os vários projetos descritos neste documento ilustram como os governos, as agências de assistência, as organizações não-governamentais, os serviços voluntários e as famílias podem contribuir para a provisão de oportunidades e de aprendizagem para garotas e mulheres. Este documento deve, portanto, ajudar todos aqueles que estão verdadeiramente preocupados com a promoção da educação para mulheres e com a remoção das injustiças existentes nessa área.



Women and university curriculum: towards equality, democracy and peace.

A educação desempenha fundamental importância como um meio de “empoderamento” das mulheres, de modo que elas possam perceber seu potencial. Esta obra analisa as questões de gênero em relação ao currículo universitário, objetivando sensibilizar os estudantes a respeito da condição das mulheres na sociedade. Em algumas instâncias e disciplinas, a dimensão de gênero é efetivamente incluída; já em outras, há ainda uma difícil luta por reconhecimento. Há ainda muito que se atingir. Nós nos encontramos em um período de transição e diversos desafios permanecem até que a paridade de gêneros seja alcançada.

Publicações anteriores

BREINES, I. The Road to Beijing. Fourth World Conference on Women. *UNESCO Courier*. Sep. 1995.

EISLER, R. A Time for Partnership. *UNESCO Courier*. Sep. 1995.

LEANDER, B. *Women through the Ages: Education and Work in Different Cultural Contexts*. Culture Plus. n. 10, 1993.

UNESCO. *What About Women?: A Priority for UNESCO*. Paris: UNESCO, 1995. 40 p.

_____. *For a Non-Sexist Language*. Paris: UNESCO, 1994. 23p.

_____. *Sources*. n. 71, p. 7-16, Jul./Aug. 1995.

VIDAL, C. Are Men and Women on the Same Wavelength? *UNESCO Courier*, Sep. 1995.

África e países árabes

MEER, F. The Future for Women: the Difficult Path to a Non-Sexist as Well as a Non-Racial Democracy. *UNESCO Courier*, p. 30-2, Feb. 1992.

TRAORE, A. The South: a Joint Struggle. *UNESCO Courier*, p. 9-11, Sep. 1995.

Ásia e Pacífico

INAYATULLAH, A. Three Women from Pakistan. *UNESCO Courier*, p. 17. Sep. 1995.

JUNG, A. Pride Without Prejudice. *UNESCO Courier*, p. 12-13, Sep. 1995.

_____. *When Half the World Speaks*. Paris: UNESCO, 1995.

VITIT, M. et alii. *Status of Women: Thailand*. Paris: UNESCO, 1990. 77p.

Europa e América do Norte

FRIEDAN, B. The North: a Disturbing Independence. *UNESCO Courier*, p. 8-10. Sep. 1995.

KIMMEL, M. S. Men Supporting Women. *UNESCO Courier*, p. 30-31, Sep. 1995.

SKJEIE, H. Norwegian politics Bridges the Gender Gap. *UNESCO Courier*, p. 28-9, Sep. 1995.

UNESCO EUROPEAN CENTRE FOR HIGHER EDUCATION. *Gains and Losses: Women and Transition in Eastern and Central Europe*. European Network for Women's Studies, Paris: CEPES/ENWS, 1994. 113 p.

América Latina e Caribe

DUJOVNE, O. A. The Mothers of the Plaza de Mayo. *UNESCO Courier*, p. 22-4, Sep. 1995.

LEANDER, B. Women and Cultures in Latin America. *Culture Plus*, Paris: UNESCO, n. 14, p. 3-4, 1994.

MENCHU, R. We Have Come a Long Way... *UNESCO Courier*, p. 25, Sep. 1995.

Educação e Ciência

ABBAS, R. UNESCO *Principal Regional Office for Asia and the Pacific*. Bangkok: PROAP, 1991.

AFRIK, T. *Literacy and Non-Formal Education for Women in Sub-Saharan Africa*. Dakar: UNESCO Regional Office. (UNESCO – Africa; 7).

_____. *Non-Literate Women in Extreme Poverty*. Regional Office for Education in Africa. Dakar, UNESCO Regional Office/BREDA. Mar. 1993. p. 12-25. (UNESCO – Africa; 6).

AKSORNKOOL, N. *Daughters of the Earth: the Skills- Based Literacy Programme for Women*. Yunnan, China: UNESCO, 1995. 35 p.

BAGLA-GÖKALP, L. *Women and Basic Education: Problems and Improvements*. Special Study for the World Conference on Education for All. Thailand, Mar. 5-9, 1990. Thailand: UNESCO, 1991. 180 p.

CHLEBOWSKA, K. *Literacy for Rural Women in the Third World*. Paris: UNESCO Publishing, 1990, 146 p. (Coil. Women Plus).

_____. *Knowing and Doing: Literacy for Women*. Coil., Paris, UNESCO Publishing, 1992, 79 p. (Women Plus).

COSTER, E. *Women and Literacy: A Vital Movement*. [Paris]: Jean-Paul Hauteceœur, 1992. p. 319-41. (ALPHA 92).

HARDING, J. *Breaking the Barrier: Girls in Science Education*. Paris: International Institute for Educational Planning, 1992, 48 p.

HARDING, S. ; MCGREGOR, E. *The Gender Dimension of Science and Technology*. Paris: UNESCO, 1995. 56 p.

LIND, A. The Gender Gap. *UNESCO Courier*, n. 43, p. 24-6, Jul. 1990,.

_____. *Mobilizing Women for Literacy*. Paris: UNESCO, International Bureau of Education, 1990. 16 p.

M'BOW, P. *Illiteracy and Poverty Among Women: The Case of Senegal*. Dakar: Regional Office for Education in Africa/BREDA, Mar. 1993, p. 21-5. (UNESCO – Africa; 6).

MENDEZ, M. A. *Literacy Programmes for Adult Women: A New Approach*. Paris: UNESCO Institute for Education, 1994. p. 71-4.

MUKHERJEE, H. ; KEARNEY, M.-L. (Eds.). *Women in Higher Education Management*. [Canada]: Commonwealth Secretariat (UK), International Development Research Centre, UNESCO. 1993. 202 p.

MWIRIA, K. *Kenyan Women Adult Literacy Learners: Why Their Motivation is Difficult to Sustain*. Hamburg: UNESCO Institute of Education, May 1993, p. 183-92. (International Review of Education; 39).

SCHIEFELBEIN, E. ; PERUZZI, S. *Education Opportunities for Women: the Case of Latin America and the Caribbean..* Apr. 1991, p. 49-76. (The Major Project Bulletin; 24).

SUTHERLAND, M. B. *Women and Education: Progress and Problems. Prospects*; Paris: UNESCO Publishing, v. 21, n. 2, p. 145-155, 1991.

TCHOMBE, T. M. *Psychological and Social Foundations for the Education of the Cameroonian Woman Dakar*: UNESCO Regional Office, 1994, p. 33-43. (UNESCO – Africa; 8).

UNESCO. *Access of Women and Girls: Technical, Vocational Education*. India: UNESCO/STVE, 1991. 79p. (India. Studies in Technical and Vocational Education; 36).

_____. *Alphabétisation des femmes : actions des ONGs*. Paris: UNESCO, 1991. 55 p.

_____. *Educating Girls and Women in Africa*. Paris: UNESCO, 1995. 55 p.

_____. *The Education of Girls and Women: Towards a Global Framework for Action*. Paris: UNESCO, 1995. 59 p.

_____. *Fourth World Conference on Women: Shaking the status quo*. EFA 2000 Bulletin, 1998.

_____. *Islam, Perestroika and the Education of Women: Principles and Possibilities*. Paris: UNESCO, 1991. 62 p.

_____. *World Education Report*. Paris: UNESCO, 1995. 172 p.

UNESCO PRINCIPAL REGIONAL OFFICE IN ASIA AND THE PACIFIC. *Simultaneous Education for Women and Girls*. Bangkok: UNESCO PROAP, 1989. 63p. (Report of a Project).

_____. *Women's Participation in Higher Education: China, Nepal and the Philippines*. Bangkok: UNESCO PROAP, 1994, 162 p.

Cultura e Comunicação

BOUKHARI, S. Mediterranean Women Prepare for Beijing. *Culture Plus*, Paris: UNESCO, n. 14, p. 5, 1994.

COLIN, J. P. (Coord.). *La participation des femmes à la vie culturelle et artistique*. Paris: UNESCO Publishing, 1992. 244 p.

ETIENNE-NUGUE, J. *Talented Women*. UNESCO, 1995, 112 p.

GALLAGHER, M. *An Unfinished Story: gender patterns in media employment*. Paris: UNESCO, 1995. 60 p. (Reports and Papers on Mass Communication; 110).

GURSEL, Nedim (cd.). *Paroles dévoilées*. UNESCO Publishing, Collection of Representative Works, 1993, 278 p.

NEMEC-IGNASHEV, D. and DOTLIBOVA A. Learning the Lessons of the Past: The "Sin" of Woman's Creativity in the Russian Cultural Tradition. UNESCO, 1991, 17 p.

PEREZ-VITORIA, S. (Coord.). *Impact of Communication Technologies on Women*. Paris: UNESCO, 1994. 54 p. (Reports and Papers on Mass Communication; 108).

POSTEL-COSTER, E. *Women and Culture: An ambivalent Relationship*. *Culture Plus*, UNESCO, n. 14, p. 7-10, 1994.

SREBERNY, M. A. *Women, Media, and Development in a Global Context*. Paris: UNESCO, 1994.

UNESCO. *Cultural Changes in Women's Life-Stages*, Paris: UNESCO, 1995. 28 p. (Issues in Culture and Development).

_____. *Focus on Women, Museum Paris: UNESCO, Special Issue*, v. 43, n. 3, 183 p., 1991.

_____. *Journalists Look at Women's Issues Into the Twenty-first Century*. Paris: UNESCO, 1995. 75 p.

_____. *Toronto Platform for Action*. Toronto: UNESCO, 1995. 16 p.

Ciências Sociais e Humanas

AWAD, J. E. B. *Role of Government and Non-Governmental Organizations in Enhancing Rural Women's Participation in the Development of the Arab Region*. Paris: UNESCO, 1990. p. 57-86.

ATAL, Y. *Violence against Women*. Bangkok: UNESCO Principal Regional Office in Asia and the Pacific, 1993. 100 p.

BA, F. H. *Femme et Education: une équation déterminante pour le développement*

humain en Afrique. Hamburg: UNESCO Institute for Education, Mar. 1-2 , 1993, p. 88-91. (International Review of Education; 39.)

BOSE, A. Gender Issues and Population Change: Tradition, Technology and Social Turbulence. *International Social Science Journal*, v. 66, n. 3, p. 387-95, 1994.

CATARINO, C.; OSO, L. Going it Alone. *UNESCO Courier*. Paris: UNESCO, p. 18-21. 1995.

CHILDE, F. Asians prepare for Cairo. *Culture Plus*. Paris: UNESCO, n. 14, p. 6, 1994.

FERHUNDE, O. *Women, Family and Social Change in Turkey*. [Turkey]: UNESCO, 1990. 161 p.

FONSECA, C.. Spouses, Siblings and Sex-Linked Bonding: A Look at Kinship Organization in a Brazilian Slum. In: JELIN, e. (Coord.). *Family, Household and Gender Relations in Latin America*.. Paris: Kegan Paul International, UNESCO Publishing, 1991, p. 133-60. (Coll. Family Plus).

HOM S.; XIN C. *Chinese-English Lexicon on Women and Law*. Paris: UNESCO, 1995. 411 p.

JELIN, E. (Ed.). *Family, Household and Gender Relations in Latin America*. Paris: Kegan Paul International, UNESCO Publishing, 1991. 229 p.

KEYNAN, H. Somalia: The Great Escape. *UNESCO Courier*. Paris: UNESCO, p. 26-7, 1995

MASSIAH, J. (Ed.). *Women in Developing Economies: Making Visible the Invisible*. Paris: Berg, UNESCO Publishing, 1993, 300 p. (Coll. Women Plus).

MAYOR, F. United We Stand...? *UNESCO Sources*: n. 50, p. 7-8., 1993.

NATIONAL WOMEN'S EDUCATION CENTRE. *Women in a Changing Society: the Japanese Scene*. [Saitama]: UNESCO, 1990. 213 p.

NGAKOUTOU, T. *Femmes Africaines et Démocratie*. Dakar: UNESCO, 1995. 167 p.

NGENDA HAYO, F. *Le rôle de la femme dans la protection de l'environnement au Burundi*. Dakar: UNESCO, 1993, p. 95-101. (UNESCO – Afrique; 7).

OLIVEIRA, O. de. Migration of Women, Family Organization and Labour Markets in Mexico. In: JELIN, E. (Ed.). *Family, Household and Gender Relations in Latin America*. Paris: Kegan Paul International, UNESCO Publishing, 1991. p. 101-18. (Coll. Family Plus).

RAHIMI, W. M. *Status of Women: Afghanistan*. Social and human sciences in Asia and the Pacific [Russia]: UNESCO/RUSHSAP, 1991. 80 p.

RAIRKAR, H. ; POITEVIN, G. *Women Labourers and their Struggle to Win a Space for Living: Socio-Cultural Innovation among the Women Porters of the Central Fruit and Vegetable Market of Gultekadi*. Pune (Maharashtra), India: UNESCO, 1991. 194 p.

RAPP, R. Family and Class in Contemporary America. In: JELIN, E. (Ed.). *Family*,

Household and Gender Relations in Latin America. Paris: Kegan Paul International, UNESCO Publishing, 1991. p. 197-215. (Coll. Family Plus).

RODDA, A. *Women in the Humid Tropics*. Paris: UNESCO, 1994. 48 p. (Humid Tropics Programme Series; 6).

SHAMI, S. *Women in Arab Society: Work Patterns and Gender Relations in Egypt, Jordan and Sudan*. Paris: Berg, UNESCO, 1990. 217 p. (Coll. Women Plus).

SONKO, S. *Fertility and Culture in Sub-Saharan Africa: a Review*. International Social Science Journal, 1994.

TASSOUM, D. L. The Forgotten Ones. *UNESCO Courier*, p. 40-41, 1993.

TROUCHE, S. H. Dreams of Twenty Young Women. *UNESCO Courier*, n. 47, p. 7-8, 1994.

UNESCO. *Changing Family in Asia: Bangladesh, India, Japan, Philippines, Thailand*. Paris: UNESCO, 1992, 394 p. (Series of Monographs and Occasional Papers; 35).

_____. *UNESCO Statement on Women's Contribution to a Culture of Peace*. Paris: UNESCO, 1995. p. 4.

_____. *Women and the Informal Sector: Their Contribution, Vulnerability and Future*. Paris: UNESCO, 1992. 185 p.

_____. *Women in Politics: Australia, India, Malaysia, Philippines, Thailand*. Paris: UNESCO, 1993, 213 p.

_____. *Women for a Culture of Peace*. Paris: UNESCO, 1995. p. 37.

UNESCO WINDHOEK OFFICE. *Women and the Democratization Process in Africa*. Windhoek: UNESCO, 1995, 40 p.

VIRAMMA, J. ; RACINE, J. *Une vie de paria: Le rire des asservis. Inde du Sud*: UNESCO Publishing, 1995. 626 p.

YUNUS, M. A Bank That Only Lends to the Poor. *UNESCO Courier*, p. 15-16, 1995.



MUNDIALMENTE
PROMOVENDO OS DIREITOS DA MULHER

anos menos que um menino de mesma idade. Quando disparidades de gênero se encontram com a disparidade rural-urbana, as garotas perdem ainda mais. Uma menina residente em uma área rural corre um risco três vezes maior de sair da escola que um menino de vida urbana.

A discriminação é reforçada na sala de aula, como mostra uma pesquisa segundo a qual tanto os professores homens quanto mulheres tendem a dar mais atenção para meninos, uma tendência que está sendo agora combatida por programas de treinamento de professores, visando sensibilizá-los para a questão de gênero.

As convicções e práticas tradicionais estão, freqüentemente, na raiz da diferença entre os gêneros. Pelo senso geral de muitos países, espera-se que as meninas ajudem a cuidar da casa e de seus irmãos e que se casem jovens. Há ainda situações em que os pais não confiam plenamente no sistema de ensino. Uma das razões para essa falta de confiança é a ameaça de molestamento sexual das garotas por alunos masculinos ou até professores. O início da puberdade, que pode acontecer já aos dez anos, é um tempo crucial para as meninas e suas famílias. Assim, em muitas sociedades há situações em que os pais enviam suas filhas à escola quando pequenas, mas as retiram assim que entram na puberdade, por temerem uma gravidez indesejada.

